



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **GARANHUNS – VARA ÚNICA**
TIPO: **AGRAVO INTERNO**
PROCESSO Nº: **0297804-7**
AGRAVANTE(S): **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A**
AGRAVADO(S): **CÍCERO NUNES DA SILVA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**
EMENTA:

DIREITO CIVIL. CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. REPARAÇÃO DE DANOS. CABIMENTO. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA NUNCA DEPOSITOU O VALOR PACTUADO, MAS EMITIU CARNÊ. RAZOABILIDADE NO VALOR FIXADO A TERMOS DA INDENIZAÇÃO. PEDIDOS DAS CONTRARRAZÕES NÃO APRECIADOS – VIA ELEITA INCORRETA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

- Trata-se de um Recurso de Agravo interposto em face da decisão monocrática que, nos autos da Ação de Reparação de Danos, sustentou a sentença do magistrado de piso que condenou a Instituição Bancária ao pagamento total de **R\$ 5.000,00** (Cinco mil reais) a título de danos morais; De **R\$ 26.000,00** (Vinte e seis mil reais) a título de danos materiais – Valor do empréstimo acordado; aplicando-se Juros de Mora a partir da data do evento danoso e Correção a partir da sentença; bem como determinou o pagamentos dos Honorários Advocatícios no importe de 15% (Quinze por cento) sobre o valor da condenação e o pagamento das custas processuais;

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno nº 0297804-7, figurando como Agravante BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e, como agravado CÍCERO NUNES DA SILVA; Acordam os Desembargadores que compõem a PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por maioria, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo na íntegra a decisão recorrida, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26-03-2013


ITABIRA DE BRITO FILHO
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

V

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
COMARCA: GARANHUNS – VARA ÚNICA
TIPO: AGRAVO INTERNO
PROCESSO Nº: 0297804-7
AGRAVANTE(S): BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
AGRAVADO(S): CÍCERO NUNES DA SILVA
RELATOR: Des. ITABIRA DE BRITO FILHO
RELATÓRIO:

Cuida-se de Recurso de Agravo Interno interposto em face da decisão terminativa exarada por esta relatoria que negou seguimento à apelação interposta por parte da agravante, por entender que tal recurso estava manifestamente improcedente, bem como contrário à legislação cabível e a jurisprudência dominante do STJ.

Nas suas razões em apreciação, a parte agravante aduz a tempestividade da decisão e que seu pleito merece ser apreciado por órgão colegiado. No mérito, sustenta a ilegitimidade passiva "*ad causam*", a ausência do nexo causal, a absoluta inexistência do dano material, a não configuração do dano moral e, ao final, prequestiona a matéria.

Eis o conciso Relatório.

Recife, 26-03.2013


ITABIRA DE BRITO FILHO
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
COMARCA: GARANHUNS – VARA ÚNICA
TIPO: AGRAVO INTERNO
PROCESSO Nº: 0297804-7
AGRAVANTE(S): BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
AGRAVADO(S): CÍCERO NUNES DA SILVA
RELATOR: Des. ITABIRA DE BRITO FILHO
VOTO:

Antes de apreciar os pedidos elencados na peça recursal, cumpre-me, de plano, conhecer o prequestionamento ventilado.

Retomando-se o mérito, trata-se de um contrato de empréstimo, o qual a Instituição bancária nunca adimpliu com sua parte, pois jamais depositou o valor pactuado, todavia, enviou o carnê e cobra os boletos em atraso, consoante se observa lucidamente nas provas trazidas na petição inicial. Aplicando-se a Inversão do Ônus da prova, percebo que o Banco ora agravante não trouxe à baila qualquer documento que demonstre o cumprimento do depósito.

Conforme dito alhures, analisando novamente o questionamento da ilegitimidade passiva, tenho que tal pleito não merece guarida, pois restou lucidamente cristalino que a Instituição Bancária pactuou com a parte agravada o suposto financiamento do veículo, pois arriada à peça atrial se encontra cópia do carnê (Bradesco) e do Documento do automóvel com o gravame. Logo, conclui-se que evidente está o nexo de causalidade, estando perfeita a triangularização processual.

O princípio da boa-fé impõe um padrão de conduta a ambos os contratantes, no sentido da recíproca cooperação. Em consequência, a boa-fé objetiva exige um dever de conduta, de ética, de lealdade e de colaboração. Vejamos o que aduz o *codex* civil pátrio vigente: Art. 422. *Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.*

Isto posto, o contrato faz lei entre as partes. A intangibilidade do contrato faz com que as partes sejam obrigadas a respeitá-lo. Logo, consubstanciado no já aludido, desde já



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

entendo pelo perfeito cabimento Art. 389. do Código Civil. *Verbis: "Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado".*

Percebe-se com facilidade o não cumprimento do pacto por parte da instituição bancária, que está auferindo lucros pelas parcelas que estão sendo pagas, todavia, não houve a contraprestação contratada, ou seja, evidente se encontra o ato ilícito que ensejou o dano. Ressalto a responsabilidade civil é objetiva e deriva do artigo 14 do CDC e destaco jurisprudência deste Egrégio Tribunal relacionada ao caso:

EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. INSTRUMENTO DE LIBERAÇÃO DO GRAVAME. AUSÊNCIA DE FORNECIMENTO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL. NEXO DE CAUSALIDADE DEMONSTRADO. (...). - *Demonstrada a relação de causalidade entre a omissão do Apelante e os danos morais sofridos pelos Apelados, decorrentes do injustificado descumprimento da obrigação de fornecer o instrumento de liberação do gravame instituído sobre o veículo automotor financiado, bem como da apresentação do contrato de financiamento, enseja reparação pecuniária.* - Necessidade de redução do quantum fixado na sentença para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para evitar o enriquecimento sem causa dos Apelados. Apelo parcialmente provido. **ACÓRDÃO** Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 131541-1, em que figuram como Apelante BANCO FINASA S/A e como Apelados JOSENILDA SANTANA DE TORRES e ROSELITO SIMONAL ALVES DE LIMA, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Integrantes da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em DAR PROVIMENTO PARCIAL AO APELO, tudo em conformidade com o voto do Desembargador Relator, o qual, devidamente assinado, passa a integrar o julgado. (Recife, 27 de abril de 2007. Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes Relator e Presidente.)

No que tange ao dano extrapatrimonial amargado pela parte agravada, observando-se o fato de não haver enriquecimento indevido, *in casu*, o valor arbitrado está perfeitamente dentro dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade pelo dano sofrido, pois não foi caso de mero dissabor ou aborrecimento cotidiano.

Em que pese os pedidos formulados nas contrarrazões para majorar honorários e aplicação de súmula do STJ, tenho que não foi eleita a via processual correta, por isso




PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

desmerece apreciação. Já no que diz respeito o emprego da litigância de má-fé, é consabido por esta relatoria que pode o magistrado determiná-la de ofício, todavia, não vislumbro o aproveitamento de tal instituto no presente caso, haja vista o recurso não ter cunho procrastinatório, aproveito, ainda, para reverenciar o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pelo **NÃO PROVIMENTO** deste recurso, mantendo, em todos os seus termos, a decisão terminativa desafiada.

Atente-se a Diretoria Cível para o pedido de fls. 129, no sentido de que qualquer ato processual seja publicado no nome do causídico e sua respectiva OAB.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

26-03-2013

ITABIRA DE BRITO FILHO

- Relator -



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0297804-7
AGRAVANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
AGRAVADO: CÍCERO NUNES DA SILVA
RELATOR: DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão monocrática que negou seguimento à Apelação nº 0297804-7 com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, mantendo a sentença vergastada incólume.

Intenta o agravante o julgamento colegiado do presente Recurso para dar seguimento à Apelação referenciada, dando-lhe provimento.

Vejamos.

Inicialmente, deixo de examinar o mérito recursal por não ser o momento oportuno para tanto.

Com efeito, o recurso em questão é oriundo de uma decisão monocrática do Exmo. Sr. Relator que negou seguimento ao recurso por entendê-lo como manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. São estas as circunstâncias que permitem que o relator negue seguimento monocrático a recurso e estão dispostas no *caput* do art. 557, do CPC.

Compulsando estes autos, verifico que o que o Eminentíssimo Relator fez, na realidade, foi adentrar-se no mérito recursal, reapreciando as provas colacionadas nos autos. Em outras palavras, o Des. Relator somente concluiu seu julgamento após analisar a conjuntura fática dos autos. Ao longo do seu voto isso fica cristalino.

A respeito do tema, observe-se o que afirmou a Ministra Relatora Nancy Andrighi em seu voto, nos autos do REsp nº 1.261.902 – RJ (2011/0075146-2): “*não se pode dizer, nos termos do § 1º do art. 557, que o relator de um recurso, ao*



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

revisar a prova produzida nos autos, promove a aplicação de jurisprudência consolidada quanto à matéria. Jurisprudência consolidada só pode incidir sobre matéria de direito. Se é necessária reavaliação da prova, o julgamento do processo consubstancia uma atividade individual, relativa àquela controvérsia somente, não uma análise de matéria repetitiva. Vale ressaltar que não se trata de uma questão meramente formal. Garantir à parte o julgamento colegiado de sua causa nas hipóteses em que a Lei o prevê produz uma série de consequências, como por exemplo a possibilidade de reanálise do processo pelo desembargador revisor, a inclusão do processo em pauta, a faculdade de promover sustentação oral, entre outras.”.

A fim de extirpar definitivamente deste Tribunal a aplicação inapropriada do art. 557 do CPC, faz-se necessário trazer à luz a conclusão dos Eminentes Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do supra referenciado Recurso Especial. Vejamos:

PROCESSO CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. JULGAMENTO UNIPESSOAL. LIMITES.

1. O art. 557 do CPC é regra de exceção que, por boa regra de hermenêutica, comporta interpretação restritiva. Sua finalidade é a de meramente possibilitar o julgamento mais rápido de processos, nas hipóteses de rejeição de recursos manifestamente incabíveis (caput), ou de julgamento de questões repetitivas a respeito das quais já haja jurisprudência pacificada.

2. Não se pode dizer, nos termos do §1º do art. 557, que o relator de um recurso, ao revisar a prova produzida nos autos, promove a aplicação de jurisprudência consolidada quanto à matéria. Se é necessária reavaliação da prova, o julgamento do processo consubstancia uma atividade individual, relativa àquela controvérsia somente, não uma análise de matéria repetitiva.

3. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1261902/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 22/08/2012)

Observem Exmos. Desembargadores. Os Ministros integrantes daquela Turma, à unanimidade de votos, comungaram com o posicionamento da Ministra Relatora Nancy Andrigli, nos exatos termos do seu voto, dando provimento ao



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Recurso Especial para anular o julgamento do apelo, determinando que este fosse repetido com observância do trâmite processual adequado ao julgamento colegiado de um recurso de apelação.

Assim, é necessário dar provimento ao presente recurso para que a Apelação Cível siga seu curso normal, onde o relator apresentará o relatório, encaminhando para o revisor, se for o caso, para após incluir o processo em pauta de julgamento, como determina o Regimento Interno deste Tribunal.

Não devemos esquecer que o artigo 557, do CPC, se trata de uma norma de exceção que, por boa regra de hermenêutica, comporta interpretação restritiva.

Ante o exposto, meu voto, *data venia*, é pelo provimento do presente recurso para anular a decisão monocrática atacada e dar seguimento ao Recurso de Apelação nº 0297804-7 a fim de que este siga seu curso normal.

É como voto.

Recife/PE, 06 de Março de 2013.


Roberto da Silva Maia
Desembargador